



**Eixo: Política Social e Serviço Social.
Sub-eixo: Política de Educação.**

A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO EXPERIÊNCIA SOCIAL: RELATOS DE UMA PESQUISA NO SUAS

**ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES¹
POLIANA EINSFELD DA SILVA²
ANA GABRIELA BROCK³
JÉSSICA DEGRANDI SOARES⁴**

Resumo: Trata-se de um artigo que emerge das reflexões de um processo de pesquisa que teve como objetivo analisar a trajetória percorrida pelos (as) trabalhadores (as) do SUAS (2005) no desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente (2013) deste sistema. Considera-se que as vivências de educação permanente nas situações de trabalho se constituem em experiências sociais, que permitem o *fazer-se* classe trabalhadora em defesa dos seus direitos, assim como dos direitos socioassistenciais.

Palavras-chave: SUAS; Educação Permanente; Experiência Social; Pesquisa.

Resumen: Se trata de un artículo que emerge de las reflexiones de un proceso de investigación que tiene como objetivo analizar la trayectoria recorrida por los (las) trabajadores (as) del SUAS en el desarrollo de la Política Nacional de Educación Permanente en este sistema. Tienen en cuenta que las vivencias de educación permanente vividas en las situaciones de trabajo que se constituyen en experiencias sociales, que permiten el *se hacer* clase trabajadora en la defensa de sus derechos, así como de los derechos socioassistenciais.

Palabras claves: SUAS. Educación permanente; Experiencia Social; Investigación.

1 INTRODUÇÃO

A política de Assistência Social no Brasil, reconhecida como direito reclamável do cidadão e dever do Estado a partir da Constituição Federal de 1988, foi e tem sido fruto de intensa luta e mobilização de trabalhadores e demais sujeitos sociais, para que sua consolidação se tornasse uma realidade em todo território nacional, embora ainda não concluída. Trata-se da trajetória de uma política social dotada de elementos que justificam a necessidade de

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <rmariacf@uol.com.br>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

pensá-la sustentada em uma perspectiva dialética e crítica, com peculiaridades e contradições pertinentes à sua dimensão sócio-histórica e operacional (FERNANDES. 2017). Para além do reconhecimento desta trajetória que viabilizou a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2005), a defesa e a resistência aos desmontes do conjunto de programas, dos projetos e dos serviços institucionalizados, têm estado nas agendas daqueles que defendem os processos democráticos e participativos, que contribuíram para que o SUAS pudesse percorrer caminhos para a aquisição de *status* de política resolutive e protetiva.

Além disto, também não podemos deixar de situar o cenário atual vivenciado no Brasil - de rupturas orçamentárias, de destituição de programas, projetos e serviços que foram sendo estruturados em todo território nacional e, neste caso, no âmbito da assistência social - que representam desafios para o atendimento das necessidades sociais dos sujeitos de direitos, usuários desta política. São exigidas cada vez mais estratégias de resistência, de organização dos/as trabalhadores/as e também aquisições de saberes, inclusive para o enfrentamento dos ataques das reformas neoliberais em curso no Brasil, que suprimem direitos sociais postos na agenda das políticas sociais. Entre estas, merece destaque a política de assistência social, a qual tem contribuído ou pelo menos instituído iniciativas programáticas para a efetivação dos direitos socioassistenciais. Devido a isso, é necessário aprimorar o trabalho profissional nos diferentes processos organizativos e instituídos no SUAS.

O marco legal que legitima este processo sócio-histórico e organizacional da política, não deixa dúvidas com relação aos investimentos feitos a partir da criação da própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), assim como do SUAS (BRASIL, 2005). Entre estes feitos, está a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS, 2013) que tem se constituído em uma importante estratégia contribuindo com a formação dos trabalhadores e, conseqüentemente, com a qualificação dos serviços prestados, assim como dos programas e projetos operacionalizados por esse sistema. Esta política tem como objetivo geral “institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e

efetivação” (BRASIL, 2013, p.27). Entretanto, a existência de uma política com proposta pedagógica para a formação dos trabalhadores do SUAS não garante a sua implementação, pois, esta depende do modo de gestão nos entes federativos, assim como da capacidade dos trabalhadores de fazerem a apreensão crítica da dimensão ética e política que a PNEP (2013) carrega em sua essência.

Nesse contexto, buscando analisar a trajetória que vem sendo percorrida pelos/as trabalhadores/as no desenvolvimento da política de educação permanente do SUAS nos municípios do Rio Grande do Sul, no período de 2013 a 2017, tem sido desenvolvida a pesquisa intitulada “Trajetórias de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social no Rio Grande do Sul”. A investigação de natureza quantitativa com ênfase qualitativa tem como população da pesquisa os/as trabalhadores/as do SUAS que atuam em algum dos 497 municípios do Estado e teve início em junho de 2017, com previsão de término para 2019.

Como instrumento da pesquisa foi elaborado um questionário com questões abertas e fechadas para compreender os caminhos da educação permanente no estado do Rio Grande do Sul, o qual foi enviado para trabalhadores do SUAS. A divulgação e o processo de mobilização da pesquisa foi realizada por meio dos seguintes procedimentos: contato direto com os/as trabalhadores/as do SUAS dos diferentes municípios do Estado, que ocorreu por meio de ligações e envio de e-mail aos diferentes equipamentos do SUAS presentes nos municípios, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Unidades de Acolhimento, entre outros; participação em fóruns, reuniões, conferências de trabalhadores do SUAS e em núcleos de educação permanente; e-mails que foram enviados às entidades das categorias profissionais que atuam na assistência social, psicologia e com os espaços de controle social da política, assim como para os contatos do Fórum dos trabalhadores do SUAS e o Fórum das entidades socioassistenciais do SUAS; e ainda envio de e-mail aos participantes do curso CapacitaSUAS na modalidade EAD realizados em parceria com o CEGOV/UFRGS, ofertado pelo Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social aos trabalhadores do SUAS.

Como principal ferramenta da pesquisa foi criado um blog, intitulado “Educação Permanente no SUAS/RS”, que se constitui em uma ferramenta interativa que vem permitindo o acesso a um fórum de socialização de informações a respeito da política de Educação Permanente do SUAS, além de ter sido o canal onde esteve hospedado o questionário da pesquisa no período de junho a dezembro de 2017.

O presente artigo propõe apresentar algumas reflexões advindas dos caminhos percorridos até então, assim como, socializar os resultados parciais deste processo investigativo. Para tanto, este texto está organizado a partir de fundamentos teóricos que trazem a experiência social articulada com os processos de educação permanente que podem ser vivenciados a partir das reflexões críticas sobre o trabalho profissional no SUAS; em um outro momento, foram apresentados os achados da pesquisa no qual se extraíram passagens que se constituem em importantes experiências com as quais se envolvem os sujeitos deste cenário investigativo: os/as trabalhadores/as do SUAS e o coletivo de pesquisadoras.

2 SOBRE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO PERMANENTE: algumas reflexões

Tratar sobre a concepção de educação numa sociedade capitalista nos remete aos estudos de Mészáros, pois este autor refere que “muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais” (2008, p. 53). Nesta perspectiva, se entende que a troca de experiências e a construção de saberes entre os/as trabalhadores/as pode acontecer nos mais variados espaços, se colocando assim enquanto uma potencialidade para a aprendizagem daqueles que se envolvem nestes processos em qualquer momento da vida. Afinal,

o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 65).

Essas estratégias apontadas por Mészáros podem ser direcionadas para pensar as experiências de educação permanente dos/as trabalhadores/as,

onde os espaços de trabalho são fundamentais para o processo de aprendizagem significativa, a partir das experiências vivenciadas e, fundamentalmente, pela partilha e construção de conhecimentos e saberes entre os/as trabalhadores/as que se constroem como *classe trabalhadora*.

A classe aqui se refere àquela que não surgiu tal “como o sol numa determinada hora. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (p. 9); ela é “uma “relação e não uma coisa” (p. 11) pois, conforme Thompson

“Classes trabalhadoras” é um tempo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. [...] Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 2011, p. 9).

Também para Edward Thompson⁵ a classe acontece num *fazer-se*, quando alguns trabalhadores (as) “como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si”, e num movimento contra hegemônico se opõem a outros sujeitos “cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (p. 10). Assim este fazer-se põe em movimento de luta os/as trabalhadores/as que vivenciam experiências formativas, pois “no processo de formação social a experiência humana tem papel central, ela é gerida na vida material e estruturada em termos de classe (VENDRAMINI, 2006, p.126).

Portanto, pode-se afirmar que as relações de trabalho são parte das engrenagens do processo de produção e reprodução do capital e, assim, a “experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 2011, p. 10). Isto significa considerar, assim como Thompson, que a teoria Marxista contribui para que possamos nos conhecer e reconhecer permanentemente como possibilidades humanas, o por que estamos aqui e agora, por que nos inserimos neste ou naquele processo, que projeto societário nos vinculamos e materializamos por meio das nossas lutas e iniciativas e que nos colocam em processo constante de aprendizagem, construindo saberes

⁵ Professor, sindicalista e militante do partido comunista inglês, viveu de 1924 a 1993. Na década de 1950 desenvolveu estudos resgatando a história da classe trabalhadora inglesa, tendo como categoria de análise, nos marcos do materialismo histórico: a experiência histórica.

para que estejam a serviço da classe trabalhadora. Partir deste entendimento “é fundamental para analisarmos os saberes produzidos no trabalho e discernir sobre aquilo que reproduz e aquilo que possibilita algo novo no pensamento e na prática social” (VENDRAMINI, 2006, p. 125).

Neste sentido, o reconhecimento das contradições *dos* e *nos* processos de trabalho em que nos inserimos, dos ambientes que vivemos, dos territórios que estabelecemos articulações sociais e políticas, assim como suas possibilidades ou limites, requer nossa atenção. A apreensão da materialidade desses contextos é necessária para compreendermos “o que é possível produzir em termos de ideias, saberes e conhecimentos no trabalho” (VENDRAMINI, 2006, p. 124), que vão, conseqüentemente, dando sentido às experiências sociais que aqui nos referimos.

Com base nestas reflexões relaciona-se os processos de educação permanente vivenciados pelos/as trabalhadores/as do SUAS como sendo uma experiência social, pois são construídas socialmente a partir das situações de trabalho vivenciadas em um determinado momento sócio-histórico. Entende-se que a construção dos processos de educação permanente está diretamente envolvida com diversos fatores como:

A capacidade de problematização do próprio significado da educação permanente, de detectar necessidades no próprio processo de trabalho, à luz de contextos específicos que irão iluminar os caminhos para a construção de saberes necessários para enfrentamento das adversidades pertinentes ao campo das políticas sociais e dos cidadãos que as utilizam por direitos conquistados (FERNANDES, 2016, p. 57).

Importante fazer referência que a educação permanente no âmbito do SUAS se constitui e se constrói, enquanto uma prática daqueles que vivem a realidade cotidiana do trabalho, na relação entre trabalhadores e usuários das políticas sociais.

Também numa linha conceitual, destaca-se que em muitas situações observa-se que o conceito de educação continuada é tratado como se tivesse o mesmo significado da educação permanente. Entretanto, a educação permanente não se sobrepõe nem inviabiliza a educação continuada, sendo estas apenas diferentes em seus processos. A perspectiva da educação permanente aparece como um princípio reorganizador de todo o processo educativo vivenciados pelos/as trabalhadores/as no e do SUAS. Esta

orientação propõe-se a superar as concepções dominantes e as práticas escolarizadas, disseminando novas práticas de formação, como, por exemplo, no âmbito do trabalho na assistência social, valorizando as aprendizagens advindas das situações de trabalho, das reflexões dos coletivos que discutem os programas e ações do sistema, incluindo os conselhos locais de controle social, espaços de participação popular e democrático e, portanto, de reflexão crítica sobre a condução do SUAS (FERNANDES, 2016).

É nesse sentido que o conceito de educação permanente diferencia-se da educação continuada, pois esta última compreende somente os espaços formais e as práticas escolarizadas de formação, ao passo que aquela valoriza as situações advindas dos processos de trabalho, ou seja, são as possibilidades de problematização destes contextos que levam o/a trabalhador/a a adquirir um novo saber. A educação continuada diz respeito à continuidade da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional, conforme já citado, “mas nem sempre esse aperfeiçoamento atende às necessidades oriundas do trabalho e tampouco modifica as estruturas e os processos de trabalho no sentido de qualificá-los no que diz respeito ao atendimento das demandas sociais” (FERNANDES, 2016, p. 56). O profissional que atua nas políticas sociais e, neste caso, no SUAS, quando tem a iniciativa de dar continuidade aos seus estudos, está sim investindo na sua aquisição de conhecimentos, no aprimoramento profissional, mas necessariamente não estará adquirindo saberes que serão usados diretamente em uma situação real de trabalho.

Também existem aquelas situações em que os trabalhadores são convocados a participarem das chamadas qualificações, cursos e treinamentos cujos conteúdos são impostos pelos gestores que acabam tornando estas experiências um fracasso, pois além de não haver relação com as demandas reais do trabalho, não caracterizam uma aprendizagem significativa. Além disto, processos de formação de cima para baixo, ou seja, impostos pelos gestores podem estar à serviço da implantação de programas e projetos que fogem ao escopo do desenho organizacional da própria política.

É neste sentido que a educação permanente como uma experiência social, carrega em sua concepção a dimensão ética e política que está no compromisso com as situações de trabalho que exigem um repensar e um

refazer cotidiano, para darmos conta da defesa intransigente dos direitos sociais materializados pelas políticas sociais.

3 RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

Os resultados parciais da investigação se aproximam das experiências sociais que os sujeitos trabalhadores do SUAS têm ou podem vivenciar nos seus processos de trabalho. Além dos 101 trabalhadores, que responderam ao questionário da pesquisa e que atuam em 59 municípios do estado do Rio Grande do Sul, o coletivo de pesquisadoras também vem vivenciando uma experiência social, portanto de aprendizagens.

Com relação aos trabalhadores, considera-se que o perfil desses corresponde a 65 trabalhadores (as) que atuam como assistentes sociais, seguidos de 17 que exercem a profissão de psicólogo, 7 que são educadores sociais, 2 pedagogos. Além destes, 10 trabalhadores (as) ocupam outras profissões como cuidadores, sociólogos, advogados, entre outros.

A grande maioria desses/as trabalhadores/as, 49,5%, afirmaram atuar na Proteção Social Básica⁶, seguido de 22% que trabalham na Proteção Social Especial de Média Complexidade⁷ e de 14,8% que atuam na Proteção Social Especial de Alta Complexidade⁸. Já o campo de atuação da gestão contempla o percentual de 10,8% de trabalhadores e a vigilância socioassistencial teve o menor percentual, com apenas 1,9% do total de trabalhadores respondentes do questionário.

Esses/as 101 trabalhadores/as atuam em 59 diferentes municípios do estado, os quais fazem parte das 7 mesorregiões do estado (Mesorregião do Centro Ocidental Rio-grandense, Mesorregião do Centro Oriental Rio-

⁶ A proteção social básica (PSB) busca prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É voltada à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social e tem como porta de entrada do SUAS os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2004).

⁷ A Proteção Social Especial de Média Complexidade objetiva atender famílias e indivíduos que tenham seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos. Por isso, essa proteção requer maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada com um acompanhamento sistemático e monitorado (BRASIL, 2004).

⁸ A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (BRASIL, 2004).

grandense, Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, Mesorregião do Nordeste Rio-grandense, Mesorregião do Noroeste Rio-grandense, Mesorregião do Sudeste Rio-grandense, Mesorregião do Sudoeste Rio-grandense). Na pesquisa, todas essas mesorregiões tiveram representação de ao menos um trabalhador que respondeu ao questionário, o que traduz a abrangência da pesquisa em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Referente aos municípios é preciso abordar a classificação dos municípios brasileiros da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), onde estes são categorizados a partir de seu porte, tais como: Pequeno porte I, Pequeno Porte II, Médio Porte, Grande Porte e MetrÓpole, conforme definição da NOB/SUAS (BRASIL, 2012). Cada porte corresponde a um número mínimo de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que deve haver no município, de forma a atender as necessidades sociais de seus moradores, ou seja, sujeitos de direitos também reconhecidos como usuários do SUAS.

Ressalta-se que o maior percentual de respostas do questionário foi de municípios de Pequeno Porte I, 40,67%, com 24 municípios diferentes. Em seguida, estão os municípios de Pequeno Porte II e Grande Porte, ambos com 22,03%, que corresponde a 13 municípios para cada porte; quanto aos municípios de Médio Porte correspondem a 13,56% dos respondentes, o que equivale a 8 municípios.

Um outro dado que merece destaque e que também delinea o perfil dos (as) trabalhadores (as) do SUAS do RS, refere-se às entidades e organizações de assistência social. Estas, de acordo com o Artigo 3º da Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS (BRASIL, 1993), são organizações sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. Quando perguntados se trabalham em entidades socioassistenciais, 57,4% dos/as trabalhadores/as responderam que sim, ao passo que 42,6% afirmaram não trabalhar em entidades.

Dos/as 101 trabalhadores/as que responderam ao questionário 57 responderam positivamente à questão que perguntava sobre as experiências de educação permanente no SUAS que gostariam de compartilhar. Desses foi possível observar justificativas que referiam não ocorrerem experiências de

educação permanente em função de não terem oportunidades de participarem dos cursos ofertados, pois quem participa são os gestores ou pessoas indicadas pelos mesmos. Entendemos que há um entendimento de que a educação permanente corresponde a cursos; de fato a participação nesta modalidade de aprendizagem é importante, mas não a única.

Na questão sobre as experiências de educação permanente compartilhadas, destacam-se aquelas vivenciadas no CapacitaSUAS - Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social⁹. A participação no CapacitaSUAS tem sido uma experiência formativa de extrema importância no contexto do SUAS. Quando perguntados se haviam participado de algum dos cursos do programa, 60,6% (60 pessoas) dos/as trabalhadores/as alegaram ter participado de algum dos cursos do CapacitaSUAS e 39,4% (41 pessoas) não participaram de nenhum.

As experiências de educação permanente relatadas pelos (as) trabalhadores (as) reforçam a importância do curso, conforme explicitado através do relato daqueles que já participaram, a saber: sobre ter sido de grande valia para a sua atuação no campo de trabalho, sobre ter sido significativo para a atualização profissional, pelas trocas e experiências compartilhadas com outros profissionais atuantes na mesma política e em diferentes territórios. Também, é evidente nas respostas desses (as) trabalhadores (as), o interesse em participar de mais cursos que tenham esse enfoque por meio da metodologia do CapacitaSUAS.

Outra situação diz respeito às experiências junto aos conselhos e conferências municipais de assistência social, pois foi possível observar que contraditoriamente uma trabalhadora diz não vivenciar experiência de educação permanente desde sua conclusão acadêmica, mas que reconhece que a sua vivência na conferência municipal foi de importante reflexão crítica sobre o trabalho e diz: “dentro do que tenho vivenciado, vou citar o momento da conferência municipal, do município que atuo, como um importante

⁹Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social que teve como objetivo garantir a oferta de formação e capacitação permanente para profissionais, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS para a implementação das ações dos Planos de Educação Permanente, aprimorando a gestão do SUAS nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. Os cursos foram ofertados até o ano de 2012.

(Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas> Acesso em: 13 jun. 2018).

mecanismo, não só para o aprimoramento e defesa da política, mas, de reflexão/ questionamento da prática de trabalho” (participante da pesquisa). Aqui observa-se um princípio metodológico e conceitual sobre educação permanente que considera as necessidades e reflexões advindas das situações de trabalho que se estendem as participações nas instâncias de controle social democrático.

Ainda em processo de análise tem sido possível constatar outras experiências vivenciadas que permitem a aquisição de conhecimentos sobre o trabalho, como seminários com formação teórica e prática. Entre as temáticas que mobilizam os trabalhadores estão: experiências de grupos de estudos sobre os documentos do SUAS, envolvendo trabalhadores/as dos equipamentos e conselheiros/as dos CMAS¹⁰ e COMDICA¹¹; promoção de cursos com temáticas específicas, como violência, gestão, entre outras.; A vigilância socioassistencial também é um tema que emerge da pesquisa, onde os trabalhadores/as referem a importância da análise e da produção de informações no que tange às demandas dos serviços do SUAS; também a importância de espaços de educação permanente promovidos pelas categorias profissionais, como é o caso dos NUCRESS¹²; a existência de ciclos de educação continuada com trabalhadores/as da proteção social especial de média complexidade onde a cada dois meses são promovidos encontros, com temáticas necessárias para o aperfeiçoamento da prestação de serviço especializado.

No que se refere às experiências vivenciadas pelas pesquisadoras ao longo dessa investigação, pode-se afirmar que a estratégia do blog (www.ufrgs.br/epsuas-rs) como um espaço virtual e democrático tem propiciado um conjunto de aprendizagens e, fundamentalmente, se constituído em um instrumento de resistência para os (as) trabalhadores (as) do SUAS, pesquisadores e militantes desta política social. Isto por que o processo de investigação deflagrado vem permitindo o compartilhamento de reflexões entre os sujeitos participantes e pesquisadores sobre a importância da educação

¹⁰ Conselho Municipal de Assistência Social.

¹¹ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

¹² Espaços descentralizados dos Conselhos Regionais de Serviço Social que tem como objetivo a articulação e organização dos/as assistentes sociais, com a intenção de promover a interiorização e democratização dos debates da categoria.

permanente no âmbito do SUAS, além da defesa da própria política. Essa resistência se expressa principalmente, por meio das postagens do blog sobre conteúdos a respeito da assistência social e das formas de organização da classe trabalhadora inserida nesta política, os quais visam propiciar reflexões para resistir ao desmonte e às ameaças do SUAS, assim como, nos conteúdos que contribuem para o trabalho dos profissionais.

As postagens são compostas por divulgações de eventos em defesa do SUAS, além de reflexões acerca da importância da atuação do/a psicólogos/as na assistência social, da necessidade da realização de conferências municipais de assistência social, do congelamento da expansão de recursos e do corte orçamentário do governo federal na área para 2018, das iniciativas das equipes técnicas em alguns municípios, textos elaborados pelo coletivo sobre educação permanente, sua diferenciação em relação a educação continuada, a divulgação de dados preliminares da pesquisa em andamento, bem como divulgação dos relatórios das pesquisas anteriores, com a divulgação de seminários realizados fora do espaço virtual, textos escritos por convidadas (os) sobre a organização dos/as trabalhadores/as no SUAS, sobre o dia dos assistentes sociais reforçando o caráter de luta e resistência da profissão, assim como, também são compartilhados outros tipos de postagens, como vídeos e poemas.

Dessa forma, não há um único modelo de postagem no blog, pois estas acompanham as necessidades e as demandas dos/as trabalhadores/as advindas da conjuntura atual. A cada postagem o coletivo de pesquisadoras deflagra uma discussão e reflexão acerca dos conteúdos construídos para serem socializados neste espaço virtual. Pode-se observar a ocorrência de postagens de divulgação de eventos que vem ocorrendo em defesa do SUAS e isto tem permitido as pesquisadoras uma experiência que afirma a importância da luta da classe trabalhadora do SUAS, para que este sistema não perca suas estruturas organizacionais. Assim, entende-se que nesse processo de formação acadêmica das bolsistas de iniciação científica, das mestrandas e de aprendizagens da orientadora, tem sido possível refletir sobre a importância de uma educação para além do capital como nos ensina Mészáros (2008).

4 CONCLUSÃO

Diante do contexto de retirada de direitos e de desmonte da assistência social entende-se que é extremamente necessário aprimorar o trabalho profissional nos diferentes processos organizativos e instituídos no SUAS, conforme propõe a Política Nacional de Educação Permanente. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida tem contribuído com a PNEP ao instaurar um processo reflexivo e crítico nos locais de abrangência da investigação sobre a importância dos processos de educação permanente instituídos na gestão do trabalho no SUAS, além de propiciar a identificação e disseminação de experiências educativas vivenciadas no âmbito da política e que contribuem com a efetivação do SUAS.

A educação permanente pode ser entendida enquanto uma experiência social à medida que o profissional se permite refletir criticamente sobre o processo de trabalho em que está inserido, existindo assim uma possibilidade de criação de mecanismos para identificar com mais clareza as situações cotidianas a serem superadas mediante uma ação educativa, coletiva e dialética. É dessa forma que a educação permanente se faz presente, inserida no espaço de trabalho e, por isso, sendo considerada como parte deste. Entretanto podemos dizer considerando os achados analisados até aqui que as experiências socializadas revelam o quanto a educação permanente no SUAS, quando vivenciadas, permitem a aquisição de saberes para o trabalho profissional, mas por outro lado muito ainda será necessário percorrer para que os trabalhadores/as considerem o trabalho como locus de aprendizagem e de organização da classe trabalhadora.

Assim sendo, ao compreender a concepção de educação permanente no contexto desta pesquisa, entendemos que esta não diz respeito somente as experiências das/os trabalhadoras/es do SUAS. É também no coletivo de pesquisadoras que ocorrem aprendizagens significativas a partir das reflexões que emergem na construção coletiva deste processo investigativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Norma Operacional Básica - NOB SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. 64 p. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf>
Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Educação Permanente da Política Assistência Social. Brasília**. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf>. Acesso em: 12 jun. de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. 59 p. Disponível em:
<<http://www.sesc.com.br/mesabrasil/doc/Política-Nacional.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **CapacitaSUAS**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2016.

FERNANDES, Rosa M. Castilhos. Processos de educação permanente nas situações de trabalho no SUAS. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 23, n. 2, p. 121 - 147, jul./dez. 2017.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

VENDRAMINI, C. **A Contribuição de E. P. Thompson para a Apreensão dos Saberes Produzidos do/no Trabalho**. Texto apresentado na I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes no/do Trabalho UNISINOS,[S.I.], 2006. Disponível em:
<<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6051/3225>>. Acesso em: 13 jun. 2018.